

# XIII EPEQ

**Pesquisa e Desenvolvimento Social:**

**UMA DISCUSSÃO INTERPROFISSIONAL**

**GESTÃO E CIDADANIA**



## IMPACTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES NAS DESPESAS INTERNAS DO SETOR PÚBLICO

Marcos Paulo de Sousa Vasconcelos, Letícia Aparecida Origuela Del Arco  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

O Processo Administrativo Disciplinar é uma ferramenta aplicada pela administração pública para apurar possíveis irregularidades cometidas pelos servidores públicos, sejam eles das esferas municipais, estaduais e federal. O PAD foi criado numa área chamada de direito administrativo disciplinar, em que investiga, mas protege a estabilidade do servidor público e abre a possibilidade de efetuar a ampla defesa das acusações. O objetivo dessa pesquisa é apontar as despesas geradas pelo setor público no âmbito da administração pública da esfera municipal, decorrentes da realização dos procedimentos internos, que são Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e de Sindicância. O problema que mais se destaca quando o tema é mencionado, é o tempo consumido para sua realização. A justificativa desse trabalho provém da importância da análise comparativa dos custos apurados durante o decorrer desses procedimentos disciplinares tendo em razão a quantidade de tempo investido para executá-los e a relação direta de sua comissão nomeada. Em relação aos objetivos, essa pesquisa é descritiva e quanto aos procedimentos, será apresentado um estudo de caso focado na administração pública do município de Guaíra-SP. Os dados analisados foram obtidos por meio de solicitação (ofício público) ao Departamento de Pessoal, Departamento de Atos Normativos e Portal de Transparência do Município estudado. As informações obtidas por meio dos referidos departamentos foram: a) Custos totais com gratificações de comissão; b) Numerações das portarias dos processos; c) Verificação de conteúdo das portarias para posterior análise. Foi considerado o período de dezembro de 2019 a outubro de 2021 para a análise preliminar dos processos, sendo analisados um total de 22 procedimentos abertos, no qual 15 destes foram devidamente encerrados e concluídos totalizando custos de aproximadamente R\$ 290.014,21. Os demais procedimentos ainda seguem em fase de apurações. A partir dos dados obtidos até o momento, conclui-se que as alterações realizadas com os membros dessas referidas comissões interferem diretamente no método de sua mensuração de custo, apontando uma realidade na qual não existe a possibilidade de se obter um meio genérico de mensurar tais procedimentos, tornando cada um deles exclusivo e único.

**Palavras-Chave:** Setor Público, Processo Administrativo, Custos e Despesas, Administração Pública.

Número  
569330

Data de Submissão  
10 de out de 2022

Modalidade  
Comunicação Oral

## **SEGURANÇA ALIMENTAR PARA INDIVÍDUOS PRIVADOS DE LIBERDADE: UM DEVER DO ESTADO E DA SOCIEDADE**

Juliana da Silva Paulo, Rafaela Regina Ghessi-Arroyo  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

A Constituição Federal de 1988 foi sancionada com o intuito de garantir benefícios a todos os cidadãos, inclusive a população carcerária, sendo, portanto, responsabilidade do Estado garantir os direitos básicos àqueles assegurados. Paralelamente, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) discorre sobre a premissa de que o sistema carcerário sofre com a carência nutricional e que não há investimento suficiente para acompanhar a demanda populacional. Sob essa perspectiva, este trabalho busca investigar, por meio de uma pesquisa qualitativa de campo em um centro de detenção da região noroeste do Estado de São Paulo, se de fato há um déficit ao acesso aos alimentos da população carcerária, além de averiguar a percepção da sociedade frente à essa temática. Para tanto, foi construído um corpus de análise com questionários aplicados à população e aos policiais penais, evidenciando um contexto ainda não estudado. Tem-se como hipótese que há um imaginário em nossa sociedade que os investimentos massivos à população carcerária são negligenciados, de modo que alguns trabalhos acadêmico-científicos (SOUZA, 2020; SOARES FILHO et al., 2016; TEIXEIRA et al., 2021; BATISTA et al., 2019; entre outros) corroboram com tal assertiva. Assim, será possível relacionar e/ou confrontar os estudos já realizados em outros ambientes de detenção e/ou prisionais e debater a garantia aos direitos dispostos nas legislações. Como resultados parciais, têm-se que a população civil reconhece que os indivíduos privados de liberdade precisam receber os nutrientes necessários para a manutenção biológica do organismo, além de que, presos com restrição alimentar merecem receber algum tipo de atenção especial. Para os candidatos, o perfil majoritário e estereotipado de um detento, são indivíduos em sua maioria, pretos ou pardos e que são de classe baixa. Ademais, os participantes acreditam que a alimentação carcerária atende as necessidades básicas. Portanto, a população civil reconhece o direito a uma boa alimentação no sistema carcerário, deixando de lado os julgamentos e preceitos construídos com o passar dos anos.

**Palavras-Chave:** Direito, Alimentação, Presidiários.

Número  
574071

Data de Submissão  
18 de out de 2022

Modalidade  
Comunicação Oral

## **O DIREITO À SAÚDE E O CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE CAMPO EM UM CENTRO DE DETENÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Larissa Eduarda Toso, Rafaela Regina Ghessi-Arroyo  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

O acesso total aos benefícios previstos pelos direitos humanos é de responsabilidade do Estado e devem ser assegurados a todos os cidadãos, incluindo a população carcerária, que, por possuir uma capacidade de produção inferior à sua capacidade de consumo, provoca baixo interesse em investimentos massivos em sua saúde e qualidade de vida (SOUSA et al., 2019). Sob tal perspectiva, este trabalho busca investigar, por meio de uma pesquisa qualitativa de campo em um centro de detenção da região noroeste do estado de São Paulo, a atuação do Estado durante a pandemia do Covid-19 no que se refere a garantia ao acesso contínuo e permanente aos direitos básicos de qualidade aos indivíduos privados de liberdade. O corpus de análise foi constituído a partir de entrevistas feitas com polícias penais da penitenciária. Os informantes são pessoas que convivem diariamente nas penitenciárias, pois, são agentes que ficam responsáveis por manter a ordem e disciplina entre os detentos. Desse modo, esses polícias têm informações de grande relevância para a pesquisa, uma vez que estão inseridos no âmbito estudado em questão. O estudo é importante, pois pretende dar destaque ao tema e colaborar com a garantia de melhores condições de vida aos privados de liberdade, grupo que sobre preconceitos sociais, realçando a importância da concretização da legislação vigente. Como resultados parciais, têm-se que a maioria das medidas necessárias para a garantir a saúde das pessoas privadas de liberdade foram adotadas pelo centro de detenção analisado em questão. Ademais, é possível verificar que o Estado concedeu todo o equipamento necessário para que fosse realizado os testes para detectar os indivíduos que haviam se contaminado com o vírus dentro da unidade, assim como a distribuição dos imunizantes para que os presos fossem de forma geral vacinados. Desse modo, é possível evidenciar, pelas respostas dos policiais penais, bem como pelas conversas e momentos passados em campo, que, neste centro de detenção, a garantia ao acesso contínuo e permanente aos direitos básicos de qualidade, durante a pandemia de Covid-19, aos indivíduos privados de liberdade foram assegurados, assim como prevê a Constituição Brasileira.

**Palavras-Chave:** Direitos humanos; Sistema Carcerário; Pandemia; Direito à Saúde.

Número  
577966

Data de Submissão  
22 de out de 2022

Modalidade  
Comunicação Oral

## **MATIZES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: FENÔMENO E A INEFICÁCIA DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA PREVISTAS NA LEI 11.340/06 DA LEI MARIA DA PENHA COM UM RECORTE NA MICRORREGIÃO DE BEBEDOURO**

Raila Caroline Medeiros, Adriel Adrian Gomes, Nathan Castelo Branco de Carvalho  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

A presente pesquisa aborda a (in)eficácia da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), bem como sua aplicabilidade. Além disso, também discute as violências contra a mulher que ocorrem no âmbito familiar e profissional, mostrando suas diversas formas de acolhimento às vítimas. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a violência doméstica e, a partir dos resultados, propor ações que reflitam no bem-estar social de mulheres em condições de risco na sociedade. Os objetivos específicos são: Verificar os conceitos e princípios da violência doméstica; analisar as leis e doutrinas que oferecem o direito de proteção às vítimas de violência; relatar os problemas que são causados na vida da vítima; discorrer sobre as denúncias feitas em delegacias e qual o apoio do Estado para a vítima depois de realizar a denúncia contra o agressor; identificar o ciclo da violência. Ademais, acerca do CRAM (Centro de Referência ao Atendimento à Mulher), objetiva-se: A melhoria no sistema interno do Centro; A criação de uma cartilha educativa e de apoio em parceria com o centro. O presente estudo se caracteriza por uma pesquisa de campo, desenvolvida no Centro de Referência ao Atendimento à Mulher (CRAM) da cidade de Bebedouro. Primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e empírica, por meio de levantamentos teóricos e até mesmo decisões judiciais aplicadas pelos tribunais. Em um segundo momento, foi utilizada a pesquisa de campo no CRAM e, também, em parceria com a patrulha Maria da Penha. O projeto está em andamento. No entanto, os resultados parciais apontam que a pesquisa de campo foi de suma importância para o êxito do presente estudo, tendo em vista que foi abordada a realidade de mulheres da microrregião de Bebedouro, que são atendidas pelo CRAM. De acordo com a direção do instituto, há uma necessidade ampla de escutar a vítima, pois ela pode se arrepender e após o primeiro atendimento, medidas externas (jurídicas) ou internas (psicológicas) serão tomadas.

**Palavras-Chave:** Violência Contra a Mulher, Lei Maria da Penha, Desenvolvimento Regional, CRAM.

Número  
578093

Data de Submissão  
22 de out de 2022

Modalidade  
Comunicação Oral

## **CRIMES CONTRA A HONRA: UM REFLEXO DA BANALIZAÇÃO DO PODER PUNITIVO E A NECESSIDADE DE DESCRIMINALIZAÇÃO**

Rafael Giovani Mendes, Renata Aparecida Pereira Lombardo, Nathan Castelo Branco de Carvalho

Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

O presente trabalho buscou dissertar e compreender a proteção penal da honra e como sua permanência pode representar uma banalização do poder punitivo estatal diante das evoluções históricas e sociais que orientam a aplicação desse ramo do direito, com destaque após a ordem constitucional garantista inaugurada a partir da constituinte de 1988. Em suma, o presente estudo buscou analisar o papel exercido pelo direito penal na atual sistemática jurídica, o qual deverá ser pautado em sua aplicação mínima e subsidiária às outras esferas do Direito, sob o risco de ferir os direitos e garantias fundamentais através de sua utilização em conjunturas desnecessárias. Em razão disso, o trabalho foi realizado através do método hipotético-dedutivo, priorizando principalmente a análise bibliográfica de doutrinadores consagrados do Direito Penal, em especial no que toca ao garantismo e a proteção dos direitos fundamentais. Foram analisadas também obras científicas de autores diversos que trataram da temática apresentada, com o fim de estabelecer um viés comparativo das hipóteses e resultados atingidos. Por fim, foram observados julgados que detinham relações com o presente tema, com o principal objetivo de analisar as consequências jurídicas da proteção penal da honra. Dessa forma, no que toca aos crimes contra a honra, depreende-se que a sua permanência como tipos penais, mesmo que com consequências jurídicas mais brandas, fere os princípios consagrados da intervenção mínima e da subsidiariedade, já que a esfera civil é passível de solucionar tal conflito através da efetivação da proteção dos direitos da personalidade, reconhecidos tanto em âmbito constitucional quanto em âmbito infraconstitucional. Em consequência, conclui-se que a proteção penal da honra materializa uma aplicação excessiva do Direito Penal em detrimento da efetividade em coibir tais condutas na sociedade, refletindo a imediata necessidade de descriminalização.

**Palavras-Chave:** Crimes Contra a Honra, Descriminalização, Intervenção Mínima

Número  
568765

Data de Submissão  
10 de out de 2022

Modalidade  
Exposição de Pôster

## **EXPOCITY: EXPONHA OS PROBLEMAS DA SUA CIDADE**

Victor Hugo Freitas Savoldi, Kainan Gomes da Silva, Diego Fiori de Carvalho  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

No decorrer dos últimos anos, o acesso imediato a informações, juntamente com a praticidade para ter e oferecer serviços aumentou exponencialmente. Segundo o relatório Neotrust (considerado como o “censo” do varejo online brasileiro), os dados atuais comprovam um aumento de mais de 40% de novos serviços oferecidos de forma online (20,2 milhões), se comparados a 2019 (antes da pandemia), evidenciando o grande avanço relacionado a facilidade de acesso à informação. Junto a este avanço, vários questionamentos surgiram por meio da população em relação as formas de se manifestarem sobre os problemas encontrados em suas cidades, sendo os principais fatores a atual dificuldade de comunicação com os órgãos públicos responsáveis por resolvê-los, além da falta de meios reconhecidos para expô-los. A atual dificuldade pode ser considerada como principal fator de acúmulo de itens a serem resolvidos, principalmente por serem muitas vezes desconhecidos pela prefeitura ou a sua ouvidoria. Para tentar amenizar a situação atual, o ExpoCity, um aplicativo desenvolvido para smartphones, possui como ideia principal possibilitar que os cidadãos manifestem os problemas encontrados em sua cidade de forma fácil, rápida e prática, oferecendo maior visibilidade a eles e facilitando a sua identificação por meio da prefeitura. Validado por mais de 30 pessoas de forma totalmente positiva, o ExpoCity é uma aplicação intuitiva e de fácil usabilidade que atende o propósito ao qual foi criado, sendo possível visualizar as manifestações (problemas encontrados) cadastradas por outros usuários e, através de poucas etapas (boa usabilidade), cadastrar uma nova manifestação contendo título, descrição, categoria, cidade, bairro e rua, além de poder optar por cadastrar a manifestação de forma anônima e inserir imagens que a evidencie. Estando pronto para publicação, o ExpoCity é uma aplicação que atende com sucesso a missão de tentar amenizar os problemas existentes na cidade em que está disponível, transformando e melhorando positivamente a qualidade de vida de seus habitantes.

**Palavras-Chave:** Problema, Aplicativo, Ouvidoria, Comunicação.

Número  
574675

Data de Submissão  
19 de out de 2022

Modalidade  
Exposição de Pôster

## **SOLIDARIU’S: APLICATIVO PARA ENGAJAMENTO DE DOAÇÕES**

Juliano Victor Nune Milhorucci, Vinicius Centeno Herculano, Antonio Augusto Aguiar  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

Atualmente, os processos de arrecadações de recursos beneficentes na cidade de Bebedouro-SP são realizados no formato de campanhas por instituições privadas e públicas, com editais separados em determinadas épocas do ano ou conforme a necessidade. Os meios de comunicação para anunciar estas ações são rádios, redes sociais, sites regionais e institucionais, “boca a boca” e internamente para os colaboradores e agregados de algumas empresas que aderem as campanhas. Dessa forma, as informações ficam dispersas e carentes de acesso, pois estas divulgações só atingirão as pessoas com acesso a esses meios de comunicação. Levando em consideração a tendência de aumento do acesso a smartphones e capacidade de divulgação destes, notou-se a oportunidade de construir um aplicativo para engajamento de doações. Consultando os principais sites de buscas e lojas de aplicativos, não foi encontrado nenhum com a mesma finalidade proposta. Portanto, foi desenvolvido um aplicativo para smartphones com sistema operacional Android, chamado “Solidariu’s App” com objetivo de centralizar essas informações, facilitar o seu acesso, aumentar o acervo de arrecadações e inspirar novas pessoas a se tornarem doadores. O Solidariu’s App demarcará no mapa pontos de coletas que poderão ser instituições públicas e privadas (com CNPJ ativo), que praticam ou apoiam ações e campanhas beneficentes na região. O responsável da instituição solicitará a inclusão do estabelecimento no mapa através de um formulário dentro do próprio aplicativo, contendo as informações sobre o estabelecimento, quais tipos de bens arrecadados são aceitos, qual será o fim destas doações, dentre outras informações. As doações serão entregues pelo próprio doador para o ponto de sua escolha, porém, para facilitar, na tela do mapa onde é demarcado os pontos, serão exibidos em forma de destaques os 5 estabelecimentos mais próximos de sua localização atual. Após a realização de uma pesquisa qualitativa avaliativa do aplicativo com mais de 30 pessoas, foi possível constatar que, de acordo com 100% das respostas, o Solidariu’s App possui uma interface agradável e intuitiva, cumprindo o objetivo para qual foi proposto, sendo uma ferramenta bem aceita pelo público que agregará valor para a sociedade com o seu uso.

**Palavras-Chave:** Aplicativo, Doações, Informações, Instituições Beneficentes.

Número  
576676

Data de Submissão  
21 de out de 2022

Modalidade  
Exposição de Pôster



## **DIREITO MIGRATÓRIO NO BRASIL: IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ACESSO AOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS IMIGRANTES.**

Nelson Ricardo Cardena Andino, Samuel Ferreira Bezerra, Beatriz Carvalho Nogueira  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

Nos últimos anos, observamos um crescente número de indivíduos que deixam os seus países de origem, seja por motivos políticos ou sociais. Nesse contexto, milhares de refugiados já deixaram o seu país em busca de melhores condições de vida e motivados pela esperança de um bom recomeço em um ambiente digno e seguro adentram no Brasil. No entanto, quando chegam em solo brasileiro enfrentam diversas dificuldades, que vão desde os problemas sociais até a efetivação de direitos fundamentais. Dados coletados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, antes da pandemia do Coronavírus, mostram os principais países de origem dos imigrantes que adentram no Brasil, sendo eles: Haiti, Venezuela, Bolívia, Estados Unidos e Colômbia. O número de refugiados reconhecidos legalmente no país saiu de 86 em 2011, para 26,5 mil em 2020, ou seja, o país já havia presenciado um aumento exponencial dessa realidade antes mesmo da pandemia causada pelo coronavírus. Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar se houve violações nos direitos e garantias dos imigrantes no Brasil no período de pandemia causada pelo coronavírus. Foi realizada uma pesquisa dogmática, a partir da análise bibliográfica e documental. Após, foi feita a análise dos dados coletados pelos órgãos públicos e privados acerca da migração no Brasil. A partir disso, as principais dificuldades e violações encontradas na garantia de direitos pelos imigrantes foram sistematizadas e classificadas. Como resultado, foi possível verificar que, mesmo antes do início da pandemia do Covid-19, as situações vivenciadas pelos migrantes e refugiados era considerada preocupante no mundo. Deve-se ressaltar que enquanto classes favorecidas optam migrar, aqueles que não têm condições financeiras, migram por motivos alheios à sua vontade, encontram inúmeras dificuldades, sendo observados pela sociedade de forma discriminatória. Pode-se concluir, portanto, que a nova Lei de Migração (13.445/2017) representou uma mudança paradigmática ao substituir o antigo “Estatuto do Estrangeiro” – baseado numa lógica de segurança pública que considerava migrantes potenciais ameaças à segurança nacional, para um paradigma baseado nos direitos humanos. Apesar disso, nos últimos anos o Brasil testemunhou não apenas o estancar dos avanços, mas graves retrocessos, trazendo novamente à tona, temas como as deportações sumárias e a criminalização da migração “indesejável”.

**Palavras-Chave:** Migração, Direito internacional, Efeitos da Pandemia, Refugiados, Direitos Humanos

Número  
578017

Data de Submissão  
22 de out de 2022

Modalidade  
Exposição de Pôster

## A EUTANÁSIA PSIQUIÁTRICA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

Petra de Cássia Bayan Sanchez, Júlia Rodrigues Albino Vieira, Rafaela Regina Ghessi-Arroyo, Dirceu Pereira Siqueira  
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP

A eutanásia psiquiátrica não é apenas uma maneira humanizada de pôr fim ao sofrimento daquele indivíduo que sofre e sim uma escolha pessoal que deve ser respeitada, analisada e possivelmente atendida pela sociedade e pelo Estado. Existe um movimento ao encontro dessa prática nos países onde foi legalizada, com uma demanda que rompe com as fronteiras geográficas, exposta pelo êxodo em direção à Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Espanha. Assim, o presente trabalho se propõe a analisar o contexto material em que as legislações dos países supracitados entraram em vigor, possibilitando o acesso da população à eutanásia psiquiátrica de forma expressa ou tácita. Para que isso aconteça, será feita uma análise bibliográfica e documental de textos nos idiomas português, inglês e espanhol a partir do ano de 2002, quando aconteceu a primeira legalização, até o ano de 2022, quando este trabalho é desenvolvido. Em seguida, serão coletados e expostos dados referentes ao Brasil para que seja possível comparar a realidade brasileira com a realidade estrangeira. De forma paralela, será desenvolvido um trabalho de coleta de informações no Twitter, para analisar o que é exposto pelos usuários, baseado no recorte de idade, classe, raça e gênero do público que usa essa rede social. Somente dessa forma será possível localizar pontuais problemas no processo de conquista do direito a uma morte digna, traçando estratégias para que aconteça de forma pacífica no país, levando em consideração as problemáticas que envolvem o tema, de cunho religioso, sociológico, filosófico, psicológico, médico e jurídico. Os resultados parciais demonstram que a sociedade lida de forma primitiva com o luto mesmo nos países onde aconteceu a descriminalização. Ademais, a atuação dos poderes legislativo e judiciário é burocrática e lenta. Os avanços do tema são tímidos e, portanto, é fundamental que haja pesquisas nesse sentido.

**Palavras-Chave:** Eutanásia Psiquiátrica, Morte Digna, Legislação.

Número  
578115

Data de Submissão  
22 de out de 2022

Modalidade  
Exposição de Pôster